STJ00115279

Miguel Horvath Júnior

13ª edição

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EDITORA RIDEEL
Quem tem Rideel tem mais.

STJ00115279

Expediente

Fundador	Italo Amadio (*in memoriam*)
Diretora Editorial	Katia Amadio
Editoras	Janaína Batista
	Mayara Ramos
Editora Assistente	Mônica Ibiapino
Projeto Gráfico	Sergio A. Pereira
Diagramação	WK Comunicação

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Horvath Júnior, Miguel
Direito previdenciário / Miguel Horvath Júnior. -- 13. ed. -- São Paulo: Rideel, 2022.

ISBN 978-65-5738-491-6

1. Direito previdenciário – Brasil I. Título

CDD 344.8102
22-2860 CDU 34:368.4(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Brasil : Direito previdenciário

© 2022 Copyright – Todos os direitos reservados à

EDITORA RIDEEL

ABDR EDITORA AFILIADA

Av. Casa Verde, 455 – Casa Verde
CEP 02519-000 – São Paulo – SP
e-mail: sac@rideel.com.br
www.editorarideel.com.br

Proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, especialmente gráfico, fotográfico, fonográfico, videográfico, internet. Essas proibições aplicam-se também às características de editoração da obra. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (artigos 102, 103, parágrafo único, 104, 105, 106 e 107, incisos I, II e III, da Lei nº 9.610, de 19/02/1998, Lei dos Direitos Autorais).

1 3 5 7 9 8 6 4 2
0 7 2 2

SUMÁRIO

Agradecimentos ..... **VII**

Apresentação da obra ..... **IX**

Prefácio ..... **XI**

Sobre o autor ..... **XIII**

Capítulo 1 – A saga evolutiva da proteção social **1**

1.1 A ideia de precaução 5
1.2 O bem comum 11
1.3 A doutrina social da Igreja 18
1.4 Fases da evolução histórica da Previdência Social 25
1.4.1 Período da projeção para o futuro breve 26
1.5 Períodos da seguridade social no Brasil 29

Capítulo 2 – Fontes da seguridade social **33**

2.1 Fontes do Direito Previdenciário Brasileiro 35
2.2 Fontes principais 36
2.2.1 Fontes subsidiárias indiretas ou atos administrativos normativos 47
2.2.2 A jurisprudência como fonte do direito previdenciário 52

Capítulo 3 – Interpretação das leis previdenciárias **55**

3.1 Interpretação das leis de proteção social 57

Capítulo 4 – Princípios de seguridade social **61**

4.1 Conceito de princípio 63
4.2 Princípios doutrinários de Direito Previdenciário 64
4.2.1 Obrigatoriedade de filiação 64
4.2.2 Princípio da solidariedade 65
4.2.3 Princípio da unicidade 69
4.2.4 Princípio da compreensibilidade 69
4.2.5 Princípio da automaticidade das prestações 70
4.2.6 Princípio da imprescritibilidade do direito ao benefício 71
4.2.7 Princípio da expansividade social 71
4.2.8 Princípio do *in dubio pro operario* 72
4.3 Princípios e regras constitucionais 73
4.3.1 Universalidade de cobertura e do atendimento 74
4.3.1.1 Diferença entre risco social e contingência social 74

4.3.2 Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais ... 75
4.3.3 Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços ... 76
4.3.4 Irredutibilidade do valor dos benefícios ... 77
4.3.5 Equidade na forma de participação no custeio ... 83
4.3.6 Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social ... 84
4.3.7 Princípio do caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do governo nos órgãos colegiados ... 85
4.3.8 Regra da contrapartida (ou da precedência de custeio) ... 88
4.3.9 Regra nonagesimal ou da trimestralidade na cobrança das contribuições previdenciárias ... 92

Capítulo 5 – Conceito de seguridade social ... 95

5.1 Conceito doutrinário ... 97
5.1.1 Da efetivação dos direitos sociais no ordenamento jurídico brasileiro ... 103
5.2 Do direito à saúde (arts. 196 a 200 da CF/1988) ... 111
5.2.1 Auxílio-reabilitação psicossocial ... 124
5.3 Do direito à Previdência Social (arts. 201 e 202 da CF/1988) ... 126
5.4 Do direito à assistência social (arts. 203 e 204 da CF/1988 e Lei nº 8.742/1993 – LOAS) ... 127
5.4.1 Do financiamento da assistência social ... 133

Capítulo 6 – Autonomia científica do Direito Previdenciário e sua relação com os outros ramos do Direito ... 151

6.1 Previsões Constitucionais ... 153
6.2 Finalidade do Direito Previdenciário ... 154
6.2.1 Prestações previdenciárias ... 154
6.3 O Direito Previdenciário como direito público subjetivo ... 155
6.4 Autonomia do Direito Previdenciário ... 156
6.5 Natureza jurídica ... 156
6.6 A Previdência Social e os outros ramos do Direito ... 157

Capítulo 7 – Regimes previdenciários: Regime Geral de Previdência Social, regimes próprios de Previdência Social e Previdência Complementar ... 161

7.1 Perfil do Regime Geral de Previdência Social ... 164
7.2 Dos regimes próprios de Previdência Social ... 165

STJ00115279

7.2.1 Destinatários dos regimes próprios previdenciários ... 167
7.2.2 Extinção da relação jurídico-previdenciária ... 167
7.2.3 Suspensão da relação jurídico-previdenciária ... 169
7.2.3.1 Características dos regimes próprios ... 170
7.2.3.2 Das prestações previdenciárias devidas ao servidor público (União) ... 171
7.2.4 Do Regime de Previdência Complementar (RPC) do servidor público ... 190
7.2.4.1 Características dos regimes de previdência complementar ... 193
7.2.4.2 Os RPC dos servidores públicos já instituídos ... 195
7.2.4.3 Natureza jurídica e estrutura dos regimes de previdência complementar dos servidores públicos ... 196
7.2.4.4 Tipos de planos oferecidos e especificidade do custeio da previdência complementar dos servidores públicos ... 199
7.2.4.5 Custeio do regime de previdência complementar do servidor público 200

7.3 Da previdência complementar ou previdência privada ... 200
7.3.1 Características da previdência privada ... 201
7.3.2 Elementos da relação jurídica de previdência complementar ... 201
7.3.3 Entes de regulação (normatização) e fiscalização na previdência privada ... 203
7.3.4 Conceitos básicos de previdência privada ... 206
7.3.5 Tipos de planos previdenciários: benefício definido, contribuição definida e misto ... 207
7.3.6 Liquidação das entidades de previdência privada ... 208
7.3.7 Do caráter profissional da gestão e do regime disciplinar ... 209

7.4 Regime militar ... 210
7.5 Regime especial dos parlamentares ... 210

Capítulo 8 – Benefícios – conceitos básicos da relação ... 211

8.1 Beneficiários da Previdência Social ... 213
8.1.1 Dos segurados obrigatórios ... 214
8.1.2 Do microempreendedor individual ... 225
8.1.3 Do regime de economia familiar ... 230
8.1.4 Segurados facultativos ... 235
8.1.5 Dos dependentes ... 238
8.1.5.1 Da presunção de dependência econômica ... 247
8.1.5.2 Do(a) companheiro(a): enquadramento da expressão legal ... 251
8.1.5.3 Da separação de fato ... 253
8.1.5.4 Do concubinato ... 255
8.1.5.5 Do menor sob guarda como equiparado a filho para efeitos previdenciários ... 257
8.1.5.6 Regras de dependência previdenciária ... 261
8.1.5.7 Da inscrição do dependente previdenciário ... 262
8.1.5.8 Da perda da qualidade de dependente ... 263

8.2 Filiação e inscrição dos segurados 266
8.3 Da manutenção e da perda da qualidade de segurado 269
8.3.1 Do período de graça 269
8.3.2 Do período mínimo de contribuição após nova vinculação ao sistema 273
8.4 Período de carência 276
8.4.1 A carência e o período de incapacidade 278
8.4.2 As regras de transição dos arts. 142 e 143 da Lei nº 8.213/1991 283
8.5 Renda mensal do benefício 286
8.5.1 Da possibilidade de glosa de contribuições 289
8.5.2 Percentuais aplicáveis aos benefícios 291
8.5.3 Salário de benefício 291
8.5.3.1 Período básico de cálculo 292
8.5.4 Fator previdenciário 297
8.5.4.1 A concepção do fator previdenciário 299
8.6 Das prestações em geral 300
8.6.1 Prestações previdenciárias: benefícios e serviços 300
8.6.2 Acumulação de benefícios 302
8.7 Regras de proteção dos benefícios previdenciários 303

Capítulo 9 – Benefícios previdenciários à luz da teoria da norma jurídica 307

9.1 Antecedente normativo 309
9.2 Consequente normativo 310

Capítulo 10 – Da aposentadoria por tempo de contribuição à aposentadoria programável 313

10.1 Risco analisado: digressão histórica 324
10.2 Tempo de serviço baseado em início de prova material 324
10.3 Tempo de serviço e sentença trabalhista 325

Capítulo 11 – Aposentadoria por idade 341

11.1 Denominação e risco coberto (arts. 48 a 51 da Lei nº 8.213/1991) 343
11.2 Origem da proteção 344
11.3 Carência 345
11.4 Critério material 345
11.4.1 Aposentadoria por idade antes da EC nº 103/2019 345
11.4.2 Da aposentadoria do trabalhador rural, do garimpeiro e do pescador artesanal – art. 201, § 7º, II, com a redação dada pela EC nº 103/2019 345

STJ00115279

11.4.3 Aposentadoria por idade da pessoa com deficiência 347
11.4.4 Aposentadoria por idade – Regra de transição do art. 18 da EC nº 103/2019 347
11.5 Critério espacial 348
11.6 Critério temporal 348
11.7 Critério pessoal 348
11.8 Critério quantitativo 348
11.8.1 Critério quantitativo para aposentadoria por idade para a regra permanente – aposentadoria do trabalhador rural, do garimpeiro e do pescador artesanal 348
11.8.2 Critério quantitativo para aposentadoria por idade antes da EC nº 103/2019 349
11.8.3 Critério quantitativo para aposentadoria por idade da pessoa com deficiência 349
11.8.4 Critério quantitativo para aposentadoria por idade – regra de transição do art. 18 da EC nº 103/2019 349
11.9 Aposentadoria "compulsória" 350
11.10 Aposentadoria compulsória e os notariais 350
11.11 Aposentadoria e extinção do contrato de trabalho 352

Capítulo 12 – Aposentadoria por incapacidade permanente 353

12.1 Risco protegido (arts. 42 a 47 da Lei nº 8.213/1991) 355
12.2 Definição de incapacidade laboral 355
12.3 Conceito de invalidez previdenciária 356
12.4 Doença preexistente e relação jurídica previdenciária 359
12.5 Da mensalidade de recuperação 361
12.6 Carência 363
12.7 Período de espera 363
12.8 Análise da norma jurídica 363
12.9 Grande invalidez ou invalidez maior 367
12.10 Suspensão da aposentadoria por invalidez 373
12.11 Da perícia administrativa 374
12.12 Do acompanhamento durante o ato da perícia médica 376

Capítulo 13 – Aposentadoria especial 377

13.1 Regras gerais (arts. 57 e 58 da Lei nº 8.213/1991) e EC nº 103/2019 379
13.2 Fundamentos legais 387
13.3 Natureza jurídica 387
13.4 Objeto da proteção 387
13.5 Carência 387
13.6 Análise da norma jurídica 388
13.7 Do uso de Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC) e Individual (EPI) 400

STJ00115279

Capítulo 14 – Do benefício por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença) 423

14.1 Carência 426
14.2 Análise da norma jurídica 426

Capítulo 15 – Salário-família 439

15.1 Breve escorço histórico da proteção familiar 441
15.2 Natureza jurídica 445
15.3 Carência 445
15.4 Análise da norma jurídica 446

Capítulo 16 – Salário-maternidade 451

16.1 O salário-maternidade e o princípio da universalidade de cobertura e atendimento 461
16.2 Da carência híbrida do salário-maternidade: correlação da legislação brasileira e a Convenção nº 103 da OIT 461
16.3 O salário-maternidade e o período de graça 463
16.4 O salário-maternidade para casais do mesmo sexo: a família homoparental ou homoafetiva 465
16.4.1 Proteção à maternidade: reflexões acerca das mais controversas jurisprudências relativas ao salário-maternidade nos casos de bebê prematuro e de adoção por casal homoafetivo (acesso via QRcode) 466
16.5 Do custeio do salário-maternidade durante o período de recebimento da prestação 466
16.6 Análise da norma jurídica 471
16.7 Da estabilidade da gestante 481
16.7.1 Da estabilidade da gestante e contrato a termo 483
16.8 O salário-maternidade e as indígenas 485

Capítulo 17 – Auxílio-acidente 487

17.1 Do auxílio-acidente 489
17.2 Do auxílio-acidente de qualquer natureza 489
17.3 Carência 490
17.4 Análise da norma jurídica 490

Capítulo 18 – Das pensões 495

18.1 Pensão por morte 497
18.1.1 Carência 497
18.1.2 Análise da norma jurídica 498

STJ00115279

Capítulo 19 – Auxílio-reclusão 509

19.1 Escorço histórico 511
19.2 Carência 513
19.3 Análise da norma jurídica 513

Capítulo 20 – Seguro-desemprego 519

20.1 Aspectos gerais 521
20.2 Classificação do desemprego 521
20.3 Evolução histórica e legislativa da proteção aos desempregados 522
20.4 Direito de fruição 529
20.5 Período aquisitivo 532
20.6 Hipóteses de suspensão e cancelamento do benefício 534
20.6.1 Abono anual 538
20.6.2 Bolsa de qualificação profissional 539
20.7 Auxílio-desemprego emergencial 539
20.8 Seguro-desemprego durante o período de defeso 541
20.9 Seguro-desemprego ao trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo 548
20.10 Justiça competente 549

Capítulo 21 – Abono anual ou gratificação natalina 551

Capítulo 22 – Serviços previdenciários 555

22.1 Habilitação e reabilitação profissional 557
22.1.1 Natureza jurídica 557
22.2 Serviço Social 558
22.2.1 Natureza jurídica 559
22.2.2 Finalidade 559
22.2.3 Instrumentos técnicos do Serviço Social: parecer social 559

Capítulo 23 – Decadência e prescrição das prestações previdenciárias 561

23.1 Da decadência e da prescrição em matéria de benefícios 563

Capítulo 24 – Benefícios previdenciários e acidentários extintos 573

24.1 Dos pecúlios 575
24.2 Do abono de permanência em serviço 576
24.3 Do auxílio-natalidade 577
24.4 Da renda mensal vitalícia 577

24.5 Do auxílio-funeral 579
24.6 Auxílio suplementar 579

Capítulo 25 – Acidente do trabalho 583

25.1 Fundamento da tutela 585
25.2 Risco coberto 585
25.3 Origem da proteção 586
25.4 Doutrinas aplicáveis na indenização do infortúnio e seus reflexos na legislação 587
25.5 Conceito de acidente do trabalho 592
25.5.1 Requisitos para existência 593
25.5.2 Do nexo técnico epidemiológico previdenciário 599
25.5.2.1 Fundamentação legal 599
25.5.3 Classificação doutrinária das espécies de acidente do trabalho 606
25.5.3.1 Doença profissional 608
25.5.3.2 Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho 608
25.5.3.3 Doença do trabalho 610
25.6 Estudo do acidente do trabalho à luz da teoria da norma jurídica 611
25.6.1 Critério material 611
25.6.2 Critério espacial 612
25.6.3 Critério temporal 612
25.6.4 Critério pessoal 613
25.6.4.1 Sujeito ativo 614
25.6.4.2 Sujeito passivo 615
25.6.5 Critério quantitativo 615
25.6.6 Alíquotas 616
25.7 Custeio das prestações acidentárias 616
25.8 Estabilidade provisória do acidentado 618
25.9 Comunicação de acidente do trabalho 619
25.9.1 Da comunicação subsidiária do acidente de trabalho 620
25.9.2 Espécies de comunicação de acidente do trabalho 622

Capítulo 26 – Custeio da seguridade social 623

26.1 Da natureza jurídica das contribuições sociais 625
26.1.1 Teorias acerca da natureza jurídica das contribuições sociais 626
26.2 Classificação constitucional dos tributos – das espécies tributárias 630
26.3 Financiamento da seguridade social 631
26.3.1 Do financiamento direto 631

26.3.2 Do financiamento indireto 632
26.3.3 Da receita de concursos de prognósticos 634

26.4 Da competência residual para criação de novas contribuições sociais.. 637
26.5 Imunidade em relação às contribuições previdenciárias: previsões constitucionais e infraconstitucionais 637
26.5.1 Dos requisitos para imunidade das contribuições de seguridade social 641
26.5.1.1 Dos requisitos para a certificação das entidades de saúde 644
26.5.1.2 Das informações que a entidade de saúde deverá prestar à autoridade executiva federal a ser definida no regulamento 646
26.5.1.3 Das informações que a entidade de educação deverá prestar à autoridade executiva federal competente 649
26.5.1.4 Das informações que a entidade de assistência social deverá prestar à autoridade executiva federal 653
26.5.2 Do processo de reconhecimento, certificação e suspensão do direito à imunidade (arts. 34 e 35 da LC nº 187/2021) 656
26.5.3 Do prazo de validade do certificado de entidade beneficente de assistência social 657
26.5.4 Dos pedidos de renovação da certificação 657
26.5.5 Dos prazos para manifestação das entidades no processo administrativo certificatório 659
26.5.6 Dos efeitos do cancelamento da imunidade 660

26.6 Eficácia e vigência das leis de custeio previdenciário (art. 195, § 6º, da CF/1988) – da regra da anterioridade nonagesimal aplicável às contribuições sociais 660
26.7 Sistemas de financiamento 660
26.7.1 Do regime de repartição 661
26.7.2 Do regime de capitalização 663

26.8 Do plano de custeio da seguridade social 665

Capítulo 27 – Relação jurídica de custeio e deveres instrumentais 667

27.1 Relação jurídica de custeio 669
27.2 Obrigação previdenciária de custeio principal e acessória 669
27.3 Deveres instrumentais 670
27.4 Consequências do descumprimento dos deveres instrumentais 673
27.4.1 Consequências administrativas 673
27.4.2 Consequências civis 676
27.4.3 Consequências empresariais 676
27.4.4 Consequências tributárias 677
27.4.5 Consequências penais 677

Capítulo 28 – Crimes previdenciários 679

28.1 Divulgação de segredo (informações sigilosas ou reservadas) 683
28.2 Falsificação de documento público 684
28.3 Previsão de crimes eletrônicos 685
28.3.1 Crime de inserção de dados falsos em sistema de informação 685
28.3.2 Crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informação 687
28.4 Crime de violação do sigilo funcional 688
28.5 Apropriação indébita previdenciária – art. 168-A 689
28.6 Sonegação de contribuição previdenciária 692
28.7 Estelionato 693

Capítulo 29 – Contribuições em geral 697

29.1 Contribuições dos segurados empregados, empregados domésticos e trabalhadores avulsos 699
29.1.1 Critério material 699
29.1.2 Critério espacial 699
29.1.3 Critério temporal 699
29.1.3.1 Critério pessoal 699
29.1.3.2 Critério quantitativo 699
29.2 Contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativos 704
29.2.1 Critério material 704
29.2.2 Critério espacial 704
29.2.3 Critério temporal 704
29.2.3.1 Critério pessoal 704
29.2.3.2 Critério quantitativo 704
29.2.4 Contribuição do empregador doméstico 708
29.3 Contribuições da empresa 709
29.3.1 Análise da norma jurídica da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – LC nº 70/1991 713
29.3.1.1 Análise da hipótese de incidência 718
29.3.1.2 Consequente normativo 719
29.3.2 Da isenção das contribuições sobre o PIS/Pasep e da COFINS 719
29.3.2.1 COFINS não cumulativa (Lei nº 10.833/2003) 722
29.3.2.2 Regime não cumulativo da COFINS 723
29.3.3 Contribuição para o PIS/Pasep 723
29.3.3.1 PIS/Pasep 725
29.3.4 Contribuição Social sobre o Lucro 728
29.4 Contribuições de terceiros 732

29.4.1 Conceito ... 732

29.5 Do SIMPLES Nacional ... 740

29.5.1 Da opção pelo SIMPLES Nacional ... 741

29.5.2 Tributos e contribuições embutidas no SIMPLES Nacional ... 742

29.5.3 Das alíquotas ... 742

29.5.4 Vencimento da contribuição ... 742

29.5.5 Das empresas vedadas de aderir ao SIMPLES Nacional ... 743

29.5.6 Do parcelamento de débitos ... 747

29.5.7 Da exclusão ... 747

29.5.8 Da reinclusão no SIMPLES Nacional de forma excepcional e com prazo determinado ... 749

29.5.9 Das obrigações trabalhistas ... 750

29.5.10 Do acesso à Justiça ... 751

29.6 Contribuição previdenciária dos clubes de futebol ... 752

29.7 Renúncias fiscais ... 758

29.8 Bases de incidência e não Incidência da Contribuição Previdenciária ... 759

Capítulo 30 – Prova de inexistência de débito: da certidão negativa de débito ... 767

Capítulo 31 – Decadência e prescrição ... 773

31.1 Decadência e prescrição das contribuições previdenciárias ... 775

31.2 Decadência ... 776

31.3 Prescrição ... 776

31.3.1 Conceito ... 776

31.3.2 Causas de interrupção da prescrição ... 777

31.3.3 Causas suspensivas da prescrição ... 777

31.4 Hipótese de indenização acrescida pelo art. 45-A da Lei nº 8.212/1991 778

31.5 Regras e prazos para apuração e constituição dos créditos previdenciários ... 779

31.6 Obrigação acessória ... 779

31.7 Evolução histórica dos institutos no âmbito das relações jurídicas de custeio previdenciário ... 780

31.8 Quadro-síntese da evolução histórica da decadência das contribuições previdenciárias ... 782

Capítulo 32 – Do processo administrativo: de benefício e de custeio ... 783

32.1 Do processo administrativo de benefício ... 797

32.2 Do processo administrativo fiscal ... 816

STJ00115279

32.2.1 Do contencioso administrativo fiscal 823

32.3 Compensação e restituição de contribuições previdenciárias 843

Capítulo 33 – Justificação judicial e administrativa 847

Capítulo 34 – Da execução fiscal 853

34.1 Da exceção de pré-executividade 869

34.2 Da suspensão do processo de execução fiscal 871

Capítulo 35 – Retenção das contribuições previdenciárias 875

35.1 Dos serviços sujeitos à retenção 877

Capítulo 36 – Ação regressiva em ação acidentária 885

36.1 Do valor do ressarcimento na ação regressiva acidentária do trabalho (ARA) 891

36.2 Da ação regressiva em face de violência doméstica 895

36.2.1 Justiça competente 896

36.3 As novas ações regressivas e seus fundamentos: uma análise panorâmica sob o ponto de vista social e jurídico 905

36.3.1 Fundamentos das novas ações regressivas sob o ponto de vista social 905

36.3.2 Fundamentos das novas ações regressivas sob o ponto de vista jurídico 907

Capítulo 37 – Ações ordinárias de custeio 909

37.1 Ação declaratória 911

37.2 Ação de repetição do indébito 912

37.3 Prazo para interposição 913

37.4 Procedimento 915

37.5 Antecipação dos efeitos da tutela nas ações de repetição 916

Capítulo 38 – Direito adquirido, expectativa de direito e o princípio da confiança jurídica 919

38.1 Bases de sustentação do instituto 921

38.2 Conceitos doutrinários 922

38.3 Previsões legais 923

38.4 Direito adquirido x expectativa de direito ou direito em formação 924

38.5 Limites do direito adquirido 927

Capítulo 39 – Proteção social previdenciária e seus aspectos processuais 929

39.1 Das ações previdenciárias: competência previdenciária 931

STJ00115279

39.1.1 Da competência ... 931
39.1.2 Do ajuizamento da ação judicial e o processamento do recurso administrativo .. 936
39.1.3 Do prévio requerimento administrativo: discussões acerca da sua necessidade ou desnecessidade em matéria previdenciária ... 937
39.1.4 Da classificação das ações previdenciárias ... 938

39.2 Código de Processo Civil e os impactos nas ações previdenciárias ... 941
39.2.1 Da aplicação das normas processuais ... 941
39.2.2 Dos honorários advocatícios, da gratuidade da justiça e custas ... 944
39.2.3 Da fixação dos percentuais dos honorários advocatícios ... 945
39.2.4 Da fixação dos percentuais dos honorários advocatícios contra a Fazenda Pública ... 945
39.2.5 Da gratuidade da justiça ... 947
39.2.6 Das custas ... 949
39.2.7 Da contestação ... 951
39.2.8 Do prazo para oferecimento da contestação ... 952
39.2.9 Da citação ... 953
39.2.10 Dos prazos ... 954

39.3 Da audiência de conciliação ... 956
39.3.1 Das provas ... 956
39.3.2 Dos fatos que não precisam ser provados ... 957
39.3.3 Da produção das provas ... 958
39.3.4 Do ônus da prova ... 959
39.3.5 Da prova emprestada ... 960

39.4 Do regime comprobatório previdenciário ... 961
39.4.1 Da antecipação da prova ... 963
39.4.2 Da prova testemunhal ... 965
39.4.3 Da prova documental ... 965
39.4.4 Da prova pericial ... 966
39.4.5 Do procedimento para cadastro dos peritos ... 969
39.4.6 Das obrigações do perito ... 969
39.4.7 Da apresentação do laudo ... 971
39.4.8 Da escolha pelo perito de comum acordo ... 972
39.4.9 Da dispensa da prova pericial ... 972
39.4.10 Elementos do laudo pericial ... 972
39.4.11 Apreciação do laudo pericial pelo juiz ... 973
39.4.12 Da realização de nova perícia ... 973

39.5 Da tutela provisória de urgência e evidência ... 975
39.5.1 A tutela de urgência (arts. 300 a 310 do CPC) ... 976
39.5.2 Tutela antecipada antecedente ... 978
39.5.3 Das custas e honorários ... 979

STJ00115279

39.6 Dos Juizados Especiais Federais (Lei nº 10.259, de 12-7-2001) 982
39.6.1 Defesa 983
39.6.2 Recursos 984
39.6.3 Embargos de declaração 984
39.6.4 Recurso inominado 985
39.6.5 Da ação rescisória nos Juizados Especiais Federais 989
39.6.6 Execução das decisões judiciais 989
39.6.7 Do ofício requisitório 991
39.6.8 Das preferências no pagamento 993
39.6.9 Dos honorários advocatícios 994
39.6.10 Da cessão de créditos 995
39.6.11 Do imposto de renda 995
39.6.12 RPV e retenção de imposto de renda 997

39.7 Das ações revisionais 998
39.7.1 Ação revisional de alíquota do benefício pensão por morte 1008
39.7.2 Da ação revisional da vida toda 1009

39.8 Da cobrança das contribuições previdenciárias nas ações trabalhistas ... 1014
39.9 Contribuições de terceiros 1028
39.10 Do parcelamento das contribuições previdenciárias decorrentes de decisões trabalhistas 1029
39.11 Contratos nulos e incidência previdenciária 1030
39.12 Tutelas de urgência e mandado de segurança nas ações de benefícios ... 1031
39.12.1 Requisitos para a concessão da antecipação da tutela 1032
39.12.2 Os Juizados Especiais e antecipação da tutela 1034
39.12.3 A tutela antecipada e a Fazenda Pública 1035
39.12.4 A antecipação da tutela e as ações previdenciárias 1035
39.12.5 Da devolução ou não dos valores decorrentes de tutelas de urgência cassadas ou revogadas 1037

39.13 Mandado de segurança (Lei nº 12.016, de 7-8-2009) 1039

Capítulo 40 – Aspectos da Internacionalização da Previdência Social (acesso via QRcode) 1045

Referências bibliográficas 1047